

DO ELEITOR AO REGIME POLÍTICO: A EVOLUÇÃO DAS TESES DE FÁBIO WANDERLEY REIS PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA¹

Mariana Falcão Chaise²

Resumo: O trabalho busca analisar a obra do cientista político brasileiro Fábio Wanderley Reis, atentando para seus estudos referentes a eleições e partidos políticos, no intuito de acompanhar a evolução de suas principais teses e suas implicações para o tema geral da consolidação da democracia brasileira, temática central da Ciência Política no país. Argumentamos que é possível identificar três principais teses contidas na sua obra, as quais interconectadas e relacionada cada uma a um nível de análise; do menor ao maior: indivíduo, partido e regime político. A primeira tese diz respeito ao caráter não-ideológico do voto do eleitor de baixa renda no Brasil, no caso, o eleitor médio; a segunda tese, à necessidade de um partido não alinhado a nenhuma classe social ou agrupamento social específico, mas de retórica popular, em vista à estabilização da democracia brasileira; finalmente, a terceira tese argumenta pela possibilidade sempre cadente de retorno ao pretorianismo e de regressão democrática, especialmente em decorrência da continuada desigualdade social, hipótese sustentada até suas últimas publicações. O quadro final é sombrio quanto à possibilidade de consolidação democrática e essencialista acerca do papel da Esquerda institucionalizada.

Palavras-chave: Fábio Wanderley Reis; Partidos políticos; Comportamento eleitoral.

Recebido em: 04/07/2020

Aceito em: 15/11/2020

¹ Essa pesquisa contou com o financiamento da Fapesp, sob o processo nº 2019/15010-8. A autora agradece a André Singer pelos comentários ao texto

² Universidade de São Paulo (USP). mariana.chaise@gmail.com. ORCID: 0000-0003-3706-0085

FROM THE VOTER TO THE POLITICAL REGIME: THE EVOLUTION OF FÁBIO WANDERLEY REIS THESES FOR BRAZILIAN DEMOCRACY

Abstract: The article seeks to analyze the work of the Brazilian political scientist Fábio Wanderley Reis, focusing on his studies regarding elections and political parties, in order to follow the evolution of his main theses and their implications for the general theme of the consolidation of Brazilian democracy, central for Political Science in the country. We argue that it is possible to identify three main theses contained in his work, which are interconnected and related each to a level of analysis; from the smallest to the largest: individual, party and political regime. The first thesis concerns the non-ideological character of the low-income voter in Brazil, so to speak, the average voter; the second thesis, the need for a party not aligned with any specific social class or social group, but with a popular rhetoric, in view of the stabilization of Brazilian democracy; finally, the third thesis argues for the always falling possibility of returning to praetorianism and for democratic regression, especially due to the continued social inequality, a hypothesis sustained until his latest publications. The final picture is bleak as to the possibility of democratic consolidation and is also essentialist regarding the role of the institutionalized Left.

Keywords: Fábio Wanderley Reis; Political parties; Electoral behavior.

1. Introdução

O presente artigo tem por objeto a obra do cientista político brasileiro Fábio Wanderley Reis. O objetivo é identificar suas principais teses, perseguindo sua evolução, especialmente no que toca as temáticas de eleições e partidos políticos, buscando enquadrá-las naquele que é o debate central do pensamento político no país: a democracia brasileira, sua operacionalidade, suas peculiaridades e as perspectivas de sua plena consolidação.

Enquanto campo de estudos, a Ciência Política brasileira, diferentemente da Sociologia – eminentemente formada na tradição europeia – sofreu influência da disciplina correlata estadunidense em seu período formativo. Foi nos Estados Unidos, na década de 1960, que se formou grande parte da primeira geração de cientistas políticos do país, de modo que foram tais precursores marcados pelos esquemas teóricos e metodológicos presentes na academia norte-americana (Forjaz, 1997). A Ciência Política nos Estados Unidos à época era dominada pelo paradigma comportamentalista, caracterizado pela orientação empírica e positiva, ambicionando uma explicação científica do fenômeno político pelo sistema de inferência indutiva, pelo uso de dados quantitativos (ou – ao menos – quantificados), pelo viés multidisciplinar e pelo caráter analítico e generalista, visando ultrapassar o esforço descritivo característico do institucionalismo de tipo “antigo” (Peres, 2008).³ A tese central dos comportamentalistas era inequívoca: o comportamento dos atores políticos seria determinado por algum tipo de racionalidade endógena, cujo conteúdo deveria ser empiricamente verificado.

Para além das abordagens comportamentalistas especificamente preocupadas com o comportamento eleitoral e com a análise de sistemas, a aparente ineficácia da aplicação, no pós-Segunda Guerra Mundial, do modelo político estadunidense – regime político democrático combinado com regime econômico capitalista – em países não-industrializados ou em vias de industrializarem-se favoreceu a emergência de estudos comparativos no paradigma comportamentalista, os quais, paralelamente à busca do sentido de *desenvolvimento econômico*, buscavam compreender o que seria e como se estabeleceria um desenvolvimento propriamente *político* daquelas nações implicadas em processos de *modernização*: em outras palavras, como se combinaria, por um lado, industrialização e urbanização e, por outro, mobilização popular na estabilização do sistema político (Almond, 1965; Huntington, 1975[1968]; Pye, 1966).

Fábio Wanderley Reis doutorou-se em 1974 pela Universidade de Harvard, orientado por Samuel Huntington. A tese central de Huntington argumentava que a modernização representaria (ao contrário da compreensão promovida pela teoria sociológica comportamentalista de Seymour Lipset⁴ ou mesmo por outros cientistas políticos do paradigma comportamentalista⁵) um

³ Segundo Peres (2008), o institucionalismo antigo era centrado em análises especulativas, descritivas e formalistas, inspiradas pela Filosofia Política e pelo Direito. Estavam especialmente preocupados em estabelecer modelos prescritivos de “desenho constitucional”.

⁴ A democracia seria consequência do desenvolvimento econômico em um processo histórico positivo e estável, principalmente devido ao aumento no tamanho da classe média, sem haver a necessária concorrência de processos políticos (Lipset, 1969).

⁵ Especialmente Almond e Powell Jr. (1980).

processo profundamente sinuoso e, principalmente, desestabilizador, devido à interação entre o lento desenvolvimento das instituições políticas e a rápida mobilização política de novas classes e de novos grupos sociais. Sua tese era particularmente profícua para explicar a realidade brasileira após o Golpe Militar de 1964, na qual um regime autoritário se instalara em uma conjuntura de ampla politização e concorrera ele próprio para a aceleração de um processo de modernização já iniciado. Foi a partir do quadro de ideais huntingtonianas que Reis derivou parte significativa de suas análises sobre o Brasil e sobre a dinâmica da democracia brasileira, compartilhando com Huntington da mesma incerteza quanto às possibilidades de desenvolvimento político de tipo democrático em sociedades que rapidamente se modernizam, embora tenha se distanciado da agenda propositiva, patentemente conservadora, de seu orientador, para quem a *ordem* e não necessariamente o tipo de regime político – se democracia ou ditadura – representava o horizonte normativo a ser perseguido.

Enquanto a sociologia paulista insistia em uma interpretação do período pós-1964 baseada na crítica ao “populismo varguista”, a Ciência Política emergente, estabelecida principalmente nos quadros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), passou a incorporar fatores ou variáveis especificamente políticos à interpretação da história do país, em contraposição também ao privilégio dado pelos sociólogos à dimensão estrutural e aos processos socioeconômicos (Forjaz, 1997). Assim, um dos primeiros flancos abertos pela Ciência Política brasileira, o qual teve em Fábio Wanderley Reis um ilustre representante, foram estudos sobre partidos políticos, os quais combinavam pesquisas empíricas e coleta de dados na tentativa de compreender o comportamento político dos eleitores brasileiros (Marenco, 2016). Foi significativa, na ordem destes estudos, a conjuntura de abertura política iniciada na primeira metade dos anos 1970: sob o ideal do comportamentalismo estadunidense, se fazia necessário demonstrar (sob a pretensão da utilização de um método “científico” e “rigoroso”) que o funcionamento pleno de uma democracia a ser estabelecida não dependeria exclusivamente de se colocar em marcha a operação de instituições políticas formais.

Neste intento, as principais teses com que trabalhou Fábio Wanderley Reis e que buscaremos deslindar no presente artigo apresentam-se em três níveis entre si articulados, todas relativas ao potencial de estabelecimento pleno da democracia no Brasil, formando uma espécie de “quebra-cabeças” teórico a ser montado. Em primeiro lugar, a nível de indivíduo, Reis sustentou que o comportamento eleitoral do brasileiro, especialmente nos estratos mais baixos de renda, é ideologicamente pouco articulado, embora não seja irracional ou inconsequente. Em segundo lugar, a nível de instituição partidária, argumentou que uma democracia estável no Brasil demandaria o êxito de um partido de retórica popular, devidamente incorporado ao processo político após neutralizado qualquer potencial de ameaça anticapitalista que pudesse representar e orientado pragmaticamente ao *conjunto* do eleitorado nacional, em contraposição a um modelo visto como “romantizado” de partido ideológico. Finalmente, a nível de regime político brasileiro, o populismo seria um fator de ameaça permanente ao pleno estabelecimento de nossa democracia, perspectiva esta que – consequentemente – o autor viu com patente desânimo.

Se argumentará, ao final deste artigo, que a construção teórica e argumentativa de Fábio Wanderley Reis conduz inevitavelmente a uma visão essencialista do Brasil, na qual qualquer reviravolta política apontaria para o mesmo problema da baixa institucionalização de nossa democracia e na qual, conseqüentemente, a ação política da esquerda brasileira é sempre limitada pelo imperativo do pragmatismo. Beneficiando-nos do distanciamento temporal em relação aos seus escritos, no entanto, concluímos que o autor acertou pela parcimônia na ênfase dada à possibilidade sempre pendente de reversão política, diferenciando-se de uma agenda paralela que emergiu com a introdução da democracia após o fim do Regime Militar, mormente de vertente institucionalista, a defender a inequívoca consolidação do processo democrático brasileiro.

Este artigo se dividirá em três partes, cada qual destinada a debater uma das três teses expostas. Em um primeiro momento, se organizarão as ideias de Fábio Wanderley Reis relativas à racionalidade individual, apontando para a primeira tese. Na sequência, em um esforço em maior nível de abstração, se debaterão suas ideias sobre as potencialidades de instalação de um regime político no Brasil que se pretendesse verdadeiramente democrático, atentando para os temas huntigtonianos do “pretorianismo” e do “pretorianismo de massa”. A terceira parte tratará mais diretamente das eleições e dos partidos políticos brasileiros, com especial foco nas eleições de 1974 e de 2006.

2. A dimensão individual: racionalidade eleitoral e miopia brasileira

O que Samuel Huntington propõe, em *Ordem Política em Sociedades em Mudança* (1975[1968]), é que *modernização* se refere – sobretudo – a uma crise. Uma crise que se deve ao descolamento temporal entre o desenvolvimento das instituições políticas e o avanço do processo de desenvolvimento econômico. A mobilização social seria uma consequência da urbanização, da alfabetização, da exposição aos meios de comunicação em massa e implicaria uma mudança nas atitudes, nos valores e nas expectativas daqueles indivíduos anteriormente associados ao mundo tradicional; a mobilização geraria aumento das aspirações e da consciência da desigualdade social. Tais mudanças, no entanto, minariam as fontes tradicionais de autoridade política, bem como o funcionamento de suas instituições, demandando novas, o que constituiria, enfim, a causa da instabilidade política e o potencial para “decadência”. Segundo Huntington, o cerne do problema da política é, portanto, que o progresso da “igualdade de participação” é mais rápido que o da “arte de associação” (ibid, p.17). A chave para a estabilidade, de tal forma, seria dependente da relação entre o nível de participação política e o nível de institucionalização da política. Desta relação depreendeu, conforme se desenvolverá adiante, a importância de um determinado padrão de funcionamento e de determinadas características presentes em partidos políticos.⁶

⁶ Nesse sentido, o problema fundamental da política seria o atraso no desenvolvimento das instituições políticas em relação às mudanças sociais e econômicas. De tal forma, ao contrário da teoria sociológica tradicional, que reivindica a concomitância

As eleições de 1974 no Brasil, ao demonstrarem que o regime autoritário não gozava de legitimidade julgada por seus agentes, abriram uma janela de interesse para estudos em Ciência Política no país. Importava, especialmente, a evidência contra-intuitiva de que o partido oposicionista – o MDB – havia vencido nas grandes cidades e nas zonas mais desenvolvidas, justamente as mais beneficiadas pelo crescimento econômico acelerado que, no ano anterior, atingira seu pico histórico. Era necessário, portanto, compreender as motivações, a *racionalidade* por trás do voto, a fim de descobrir-se a *extensão* da oposição manifesta, bem como se ela indicaria, afinal, apoio amplo a uma mudança de regime. Recém chegado dos Estados Unidos, Fábio Wanderley Reis assume tal tarefa, utilizando como estratégia metodológica a aplicação de *surveys*: uma novidade no país. Amplamente influenciado pelas ideias de Huntington, pelo paradigma comportamentalista, o que o autor buscou nas duas primeiras décadas de sua produção acadêmica (estendendo-se suas conclusões de então ao restante de sua obra) aproximou-se da tentativa de estabelecer uma “teoria geral da racionalidade” do eleitor brasileiro.

Como conclusões de um estudo encabeçado por Reis sobre as eleições municipais de 1976, observou-se, em um primeiro plano, que havia diferenças no voto considerando o estrato socioeconômico do eleitor nas cidades brasileiras: à medida que aumentava o nível de renda, crescia a preferência pela ARENA e diminuía a preferência pelo MDB. Essa constatação, à primeira vista, apelaria à factibilidade de um modelo ideológico de comportamento político, baseado em classes sociais, para a explicação das escolhas do eleitor brasileiro. O voto arenista de setores populares em contexto rural e de alguns setores populares nas cidades, no entanto, verificados em alguns dos casos analisados, desafiava a explicação ideológica do voto e apontava para um certo amorfismo ou mesmo irracionalidade do eleitor no Brasil, ao menos naqueles estratos. Um modelo explicativo alternativo, presente na sociologia política, seria o modelo da centralidade, segundo o qual a consciência do voto seria tanto maior quanto mais “central” fosse o indivíduo, ou seja, quanto mais favorecido em termos socioeconômicos, quanto mais urbanizado, mais educado, comportando esse modelo, portanto, fatores de natureza intelectual e psicológica (Reis, 1978).

O que propôs Reis, objetivando superar a impressão do amorfismo e da inconsistência do eleitor, a qual – caso se comprovasse – inviabilizaria uma explicação política para o comportamento eleitoral brasileiro, foi a união dos dois modelos: uma dimensão horizontal do voto corresponderia à oposição entre o mundo urbano e o mundo rural, ao passo que uma dimensão vertical corresponderia à posição socioeconômica do indivíduo. Nesse modelo, o voto arenista de estratos baixos no campo ou na cidade seria explicado pela condição objetivamente marginal do eleitor, fato que – no plano psicológico – se expressaria em uma atitude de deferência e de conformismo. À medida que se superassem os fatores de marginalidade subjetiva aos quais estavam submetidos aqueles setores, porém, teríamos a tendência à expressão não de “valores consensuais” (segundo afirmava o modelo da centralidade), mas de interesses efetivamente correspondentes às classes (Reis, 2009a; Reis, 1978). É clara a correspondência da proposta de

dos dois processos, o desenvolvimento econômico e a estabilidade política seriam dois objetivos diferentes e independentes, de forma que um não resultaria automaticamente no outro. A estabilidade política, especificamente, dependeria do quociente de desenvolvimento de instituições políticas fortes, complexas e autônomas sobre a participação (Huntington, 1975[1968]).

Reis com a perspectiva huntingtonianas, na qual a modernização concorre para a alteração de valores, crenças, ambições e expectativas em direção a atitudes contestatórias da ordem política presente no estágio anterior ao aparecimento das novas classes e dos novos grupos operando enquanto focos de solidariedade.

Tal maneira de compreender o comportamento eleitoral, contrapondo aqueles estratos nos quais existiriam condições concretas de estabelecimento de uma "consciência de classe" (em maior grau, altos estratos rurais e urbanos; em menor grau, estratos baixo urbanos) àqueles nos quais a "marginalidade subjetiva" impediria a percepção de seus próprios interesses, bem como a compreensão do caráter não-igualitário da estrutura social, explicaria – em parte – o voto não-emedebista verificado em casos detalhados pelo autor. Havia, porém, um outro aspecto não captado pelas pesquisas de voto e de afinidade partidária, que elucidaria o conteúdo propriamente subjetivo do voto desses estratos populares.

Em *survey* realizado em Juiz de Fora, se determinou a ocorrência de uma fraca correlação entre as opiniões dos entrevistados com respeito a questões de natureza variada (problemas político-institucionais brasileiros, atuação do governo em determinadas áreas, qualidade de certos serviços públicos) e sua identificação partidária nos níveis mais baixos de renda, intensificando-se a correlação, no entanto, à medida que crescia a renda do respondente (Reis, 1978). Esse fato indicou a existência de graus diferentes de estruturação do universo político entre estratos socioeconômicos, de modo que, nos estratos mais baixos de renda, essa estruturação seria amplamente difusa e precária, fato que se combinava com o baixo grau de informação presente nesses estratos. Reis identifica, neste ponto, a famigerada "Síndrome de Flamengo", hipótese essa que percorrerá o restante de sua produção intelectual. Segundo o autor, os eleitores dos estratos mais baixos votam no MDB ou na ARENA não por tais partidos refletirem ou se aproximarem de suas opiniões e interesses, uma vez que são – em geral – desinformados, mas por simpatias extra-políticas:

Como seu voto ou opção partidária não tende a estar correlacionado com *issues* ou questões específicas de qualquer natureza, tudo se passa como se o eleitor simplesmente "torcesse" pelo time com que simpatiza ou se identifica, donde a designação de "síndrome do Flamengo" (Reis, 1988, p.119).

Nesse caso, a definição da opção partidária pautada pela simpatia ao partido, especialmente em um quadro de baixo grau de informação por parte do eleitor médio, introduz um componente de estabilidade nas opções partidárias no momento em que essas são tomadas, pois as vicissitudes da atividade política e das estratégias partidárias – a princípio – não impactariam o eleitor fidelizado (ou, para utilizar o termo, "simpático") que não acompanha o processo político institucional. No caso da maior parte do eleitorado urbano de baixa renda, o eleitorado numericamente majoritário, a percepção do MDB como o partido "do povo" foi determinante para a identificação deste estrato com o partido, após uma fase de indefinição das

identidades partidárias devida à extinção das legendas anteriores. Foi tal a explicação “psicopolítica” para sua vitória nas urnas.

De tal maneira, a novidade de Fábio Wanderley Reis foi introduzir nas análises de comportamento eleitoral componentes de natureza cognitiva, os quais – articulados com o grau de estruturação ideológica e com as condições socioeconômicas – concorrem para que mecanismos do tipo conformista estejam presentes de modo dominante na sociedade brasileira. Assim, a primeira tese do autor é de que, no Brasil, ainda que existam focos de atuação do modelo de consciência de classe, o voto não pode ser coerentemente descrito como condicionado por considerações de caráter “ideológico”, posição sustentada mesmo após a afirmação do Partido dos Trabalhadores (PT) na disputa presidencial (Reis, 2014; Reis, 2009b; Reis 2000). Em resposta à hipótese de Singer (2000a) de que – nas eleições de Collor, em 1989, e de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 – teria sido possível observar uma correlação entre a posição autodeclarado do eleitor entre esquerda e direita e seu voto para presidente, Reis argumenta, baseando-se novamente em *surveys*, que a maioria dos eleitores nem ao menos conhece o significado de tais categorias (Reis, 2000).

Para Reis, não é a contraposição complexa entre esquerda e direita, mas a contraposição mais singela entre o “partido dos ricos” e o “partido do povo” que permite a aglutinação de simpatias ao redor de um partido ou de outro.⁷ Contraditoriamente, a tentativa de “complexificar” a análise do comportamento eleitoral ao introduzir variáveis cognitivas teve como resultado simplificar as razões do voto dos estratos mais baixos da sociedade brasileira, tomando seu voto, ainda que não como irracional, como patentemente tosco. Em outras palavras, a Ciência Política de Fábio Wanderley Reis tem início com uma primeira tese francamente despolitizante.⁸

Existem ainda dois pontos a serem apontados relativos às ideias de Fábio Wanderley sobre a racionalidade do voto, que nos ajudarão a avançar na compreensão do restante de sua obra. O primeiro refere-se à percepção do potencial democratizante do avanço do capitalismo, derivado não apenas da melhora de indicadores socioeconômicos, mas também da emergência, com o espalhamento daquele, de novas classes e organizações sociais, imbuídas, conforme visto, de novas atitudes, valores e expectativas, as quais de natureza contestatória. Assim, a emergência de uma estrutura social de classes concorreria para alterar o caráter hierárquico da estrutura social tradicional e possuiria potencial revolucionário, ameaçador aos interesses estabelecidos. Igualmente, e devido a este último, a nova organização social formatada em classes imporia a necessidade de novas instituições regulatórias e geraria demandas por acesso à aparelhagem do Estado, criando um “problema constitucional” (ou institucional) a ser resolvido, ou seja, um problema prático de organização sociopolítica. Este exigiria a ação daquele mesmo Estado e poderia ser solucionado ou pelo compromisso democrático ou pela repressão e eventual

⁷ A réplica de Singer (2000b) se assentou em que “esquerda” e “direita”, dois conceitos de conteúdo vago e subjetivo, funcionam como sinalizadores dos diferentes posicionamentos dos candidatos, de modo que servem justamente para organizar e simplificar conteúdo.

⁸ Segundo Gláucio Soares (2000), a observação da baixa correlação entre a preferência partidária e a opinião dos entrevistados sobre as “grandes questões” da época encaixava-se bem ao preconceito elitista de que o povo brasileiro “não sabe votar”, esta que tinha uma conveniente dimensão temporal, pois o Brasil tratava-se, ainda, de uma ditadura militar.

supressão da própria democracia (Reis, 1997; Reis, 1990; Reis, 1988). É clara a inclinação à hipótese huntingtoniana de interação negativa entre modernização e estabilidade política.

A possibilidade de compromisso para a solução do “impasse constitucional” remete ao nosso segundo ponto, aos dilemas para a ação coletiva, ou seja, a como proceder a passagem do nível dos indivíduos, dos agentes de racionalidades próprias, para o nível agregado das decisões públicas. Contextualmente, em um clássico problema de circularidade, como se estabeleceriam normas e instituições efetivas para solucionarem-se os novos dilemas derivados das novas formas de mobilização popular a partir de condições em que a tendência da interação entre os agentes seria conflituosa, justamente por faltarem, afinal, as normas e instituições? Reis promove, neste ponto, uma crítica à Teoria da Escolha Racional, ao menos em sua vertente mais ortodoxa, na qual não apenas o Estado enquanto ente regulador é eliminado da análise, como os interesses individuais seriam marcados por certa “miopia”, ao não se admitir a possibilidade de uma postura *reflexiva* dos agentes (ou seja, a busca por tematizar e questionar o contexto de tomada de decisão, possibilitando redefinir preferências, não por qualquer aspecto “cívico”, conforme pregaria a corrente comportamentalista afeita à área de Cultura Política, mas por cálculos estratégicos).

3. O regime político brasileiro: democracia e pretorianismo

A partir dos anos 1990, após o fim da Ditadura Militar, os textos de Fábio Wanderley Reis concentram-se não apenas na busca pelo sentido do regime que se estabelecera no Brasil e de seu potencial para a consolidação democrática, mas no debate sobre o próprio conceito de democracia enquanto regime político. O que buscou foi a associação entre os teóricos que recorreram a um ideal *deliberativo* de democracia, preocupados com o papel coesivo dos valores, apelando especialmente às ideias de Habermas, com as concepções de democracia *agregativa*, baseadas em interesses, as quais incluem os autores de concepção utilitarista, de tradição realista e as várias versões das teorias pluralistas e da Escolha Pública. Buscou unir, neste intento, comportamentalismo e conceitos weberianos com a Teoria da Escolha Racional e algumas temáticas afeitas ao marxismo, tais como a dependência estrutural do Estado e da sociedade em relação ao capital. A riqueza referencial de sua obra, ainda que instigue, concorre para torna-la sinuosa e excessivamente densa.

Na junção das perspectivas sobre democracia elencadas acima, Reis propõe a ideia de um “mercado político” na acepção weberiana de “mercado”,⁹ no qual não apenas interesses e solidariedades se relacionariam de modo complexo, como a arena de deliberação corresponderia ao plano do Estado, o qual – de algum modo – regularia “a dinâmica ‘mercantil’ de decisões e ações dispersas na sociedade” (Reis, 2009e, p.190). Esse Estado, no entanto, na ausência das

⁹ Segundo Reis, o “mercado” para Weber, seria um conceito intermediário entre aqueles de “sociedade”, que se referiria ao ajuste dos interesses, e o de “comunidade”, que se referiria aos sentimentos de determinados indivíduos de participarem de um todo (Reis, 1991).

instituições adequadas tenderia a *negar-se* em relação ao seu próprio conteúdo e à sua própria lógica de existência, pois os interesses que lograriam se afirmar estabeleceriam monopólios ou oligopólios de poder, contrariando, portanto, o princípio igualitário sobre o qual o *mercado*, em geral, e o *mercado político*, em particular, estariam assentados. Em tal linha de raciocínio, o “problema constitucional” brasileiro seria de difícil resolução, pois:

O empenho de construção institucional visará sempre à implantação de regras e mecanismos aos quais a atuação dispersa dos agentes socioeconômicos e o funcionamento espontâneo do mercado são por definição, adversos, e o esforço correspondente terá de *conter* em importante medida o elemento de reflexividade antes mencionado (Reis, 1991, p.1991 [*grifo da autora*]).

Um autor de matriz realista e que, a partir da Teoria da Escolha Racional, defende que as soluções para o problema da democratização residem nas instituições – uma vez que estas tornam improváveis resultados altamente adversos aos interesses de quaisquer dos agentes envolvidos no processo – é Adam Przeworski, com quem Reis debateu longamente as condições para o estabelecimento de pactos sociais na América Latina. Para Przeworski, o aspecto essencial e caracterizador da democracia é sua incerteza referencial, ou seja, os resultados dos pleitos são imprevisíveis, e a perspectiva de sair-se vitorioso de uma determinada eleição garante a aquiescência dos derrotados, extinguindo ou limitando a possibilidade de violência aberta (Przeworski, 2003; Przeworski, 1984).

Duas questões colocadas por Przeworski entram em choque com a perspectiva de Reis, sendo ambas diversas vezes por este reiteradas. Em primeiro lugar, Przeworski defende que os pactos democráticos possuem uma natureza “auto-impositiva”, de modo que cada ator – em busca de seu próprio interesse – age com referência ao modo pelo qual agem os demais atores, de modo que a democracia surge a partir de um equilíbrio “espontâneo” entre os interesses e os objetivos dos atores sociais (Przeworski, 1991). A fragilidade institucional do momento da institucionalização do regime, de fato aponta para a deficiência do Estado enquanto instrumento efetivo de coordenação. O Estado, no entanto, é totalmente eliminado enquanto agência coordenadora na abordagem de Przeworski, a ponto de um pacto democrático *ideal* prescindir dele completamente.

A segunda questão, que talvez indique distâncias maiores entre os dois autores, mas que se mostra fundamental para a compreensão do pensamento de Fábio Wanderley Reis, especialmente no que se refere aos partidos políticos, diz respeito à noção de racionalidade na qual se apoia Przeworski. Esta negaria a antes destacada capacidade de reflexividade, que poderia estar associada, nas ideias de Reis, ao próprio Estado e às suas agências burocráticas. Tais estruturas poderiam intervir de maneira não apenas a garantir direitos, mas a compensar desigualdades, atuando – inclusive – contrariamente a tradições em operação e produzindo, como resultado, novas estruturas de poder. O Estado, cuja autonomia Przeworski – em certa utopia – acredita ser contrária à “soberania popular”, deve, para Fábio Wanderley Reis, atuar

autonomamente justamente para não ser instrumento de interesses socioeconômicos determinados (Reis, 2009c; Reis, 2009d; Reis, 1991).

Novamente, Fábio Wanderley se volta a Huntington, no intento de negar uma visão minimalista da democracia, tal como a defendida por Przeworski, e demonstrar a insuficiência, na América Latina, de quaisquer pactos ou arranjos institucionais que firmassem um regime democrático *estável* sem alguns condicionantes prévios (Reis, 2009e; Reis, Castro, 2001). Em um processo de modernização, segundo Huntington, subvertem-se os antigos padrões de autoridade e destroem-se as instituições políticas tradicionais, sem – no entanto – criarem-se automaticamente novos padrões de autoridade, ou novas instituições políticas. O aumento das aspirações produzido pela modernização pode – havendo ausência de oportunidades de mobilidade e graus deficientes de institucionalização política – gerar frustração social e, na sequência, instabilidade política. Nesse contexto, as forças sociais, a partir de métodos próprios, buscam atuar *diretamente* na esfera pública, fenômeno este ao qual Huntington qualifica de “pretorianismo”. A intervenção militar, ou seja, o recurso à coerção nua e crua, é apenas a faceta mais visível e, talvez, mais debatida. A alternativa às juntas militares, porém, quando há fragilidade institucional e transitoriedade das formas de autoridade combinadas com o aumento dos níveis de participação política, são governos altamente personalistas e carismáticos, nos quais elites dissidentes estabeleceriam relações diretas com as massas politizadas, sem intermediários legítimos ou métodos acordados para dirimir conflitos. É quando o “pretorianismo de massa” seria estabelecido (Huntington, 1975[1968]).

Assim, para Huntington, não bastaria haver eleições, uma vez serem estas tão somente instrumentos de representação, sendo, portanto, compatíveis com sociedades tradicionais e oligarquizadas. Ademais, em sociedades nas quais a ordem e a autoridade não são plenamente estabelecidas, o risco de “decadência” – leia-se – de retrocesso autoritário, estaria sempre presente. Este caldo informou Fábio Wanderley Reis, que antevia para o Brasil, já no final dos anos 1980 e ao longo dos anos 1990, um futuro conformado por períodos de institucionalização democrática seguidos de sobressaltos autoritários devidos ao pretorianismo que marcaria o processo político brasileiro, sendo esse o “drama” político e operacional de um Brasil “em mudança” (Reis, 1990; Reis, 1988).

A primeira fase do pretorianismo brasileiro, segundo Reis (1990) correspondeu ao movimento tenentista: à mobilização das classes médias que se contrapunham ao caráter oligárquico do regime anterior à Revolução de 1930 e que demandavam participação política; a fase seguinte foi acionada pelas mesmas demandas por parte dos trabalhadores e dos setores populares em geral, cuja insatisfação ideologicamente pouco articulada, conforme já apresentado, permitiu a emergência de lideranças populistas. Nesse ponto, os militares, que foram antes proponentes em favor da mudança, tornaram-se “defensores da ordem”, reagindo à incerteza e às ameaças de transformação radical do sistema político e da ordem socioeconômica por parte de sujeitos populares contestatórios, as quais aparentavam resultar da dinâmica do populismo.

O ponto de interesse é que, segundo Fábio Wanderley Reis, o pretorianismo no Brasil não foi superado, mesmo que os militares tenham promovido um movimento de “retorno à caserna”

e que a ameaça revolucionária tenha sido superada, inclusive no plano internacional, após o fim do regime soviético (Reis, 2000). O motivo é que se verificaria a persistência do populismo, devida à carência das condições cognitivas e intelectuais necessárias à criação de solidariedade entre as categorias destituídas, fato impeditivo ao pleno estabelecimento de um compromisso democrático no país, somada a deficiências na institucionalização de canais adequados para canalizar as demandas populares (Reis, 2010; Reis, 2009b). Essa é a terceira tese do autor apontada na introdução, a qual igualmente percorrerá sua obra até as últimas publicações, já relativas aos governos petistas, nos quais aponta para as diferenças entre o “lulismo” em contraposição ao “petismo” originalmente expresso.

A condição para o fim de nosso estado de pretorianismo, para Reis, seria a resolução de nosso “problema constitucional”, o qual apelaria, como visto, à relação entre democracia e capitalismo. Para que os estratos populacionais que se politizam a partir da penetração da lógica capitalista de classe e que demandam participação fossem integrados politicamente de maneira efetiva, seria necessário o estabelecimento prévio de condições socioeconômicas mais favoráveis, ou seja, seria necessário superar-se a forte e persistente desigualdade brasileira.¹⁰ Isso porque os eleitores primeiro deveriam ultrapassar o patamar marginalidade subjetiva que lhes é imposta, de modo que possam encontrar soluções fora do esquema populista, no qual um líder carismático atrairia o eleitor carente e desinformado – vítima da “Síndrome de Flamengo” exposta –, independente de qualquer orientação ideológica ou programática que possuísse, podendo mesmo ser heterogêneo ao povo que se pretende representante (Reis, 1990; Reis, 1988).

Note-se, porém, que sendo a resolução do problema da desigualdade anterior ao pleno estabelecimento democrático, faz-se necessário algum grau de orientação política especificamente dirigida para essa finalidade, o que remete ao problema anterior da coordenação e à necessidade de operação do Estado para a consolidação democrática. Daqui se depreende o primeiro ponto para a defesa de Wanderley Reis da centralidade dos partidos políticos em vista da plena institucionalização e estabilização de uma democracia brasileira. Se depreenderá, igualmente, a necessidade de um partido de retórica popular, porém, viável politicamente.

4. A dimensão intermediária: partidos políticos e eleições no Brasil

Para Huntington, a comunidade política moderna difere da comunidade política tradicional por seus níveis de mobilização social e de participação política. Uma comunidade política moderna e desenvolvida, no entanto, difere de uma comunidade política moderna e subdesenvolvida pela natureza de suas instituições políticas. Entre estas instituições, aquela que organiza a participação das massas, congrega interesses divergentes e serve de intermediária legítima entre as forças sociais e o Estado é o partido político.

¹⁰ Desigualdade esta que em diversos momentos ao longo de sua obra, Fábio Wanderley Reis associa ao legado da experiência escravista, que todos reconhecem, mas cujo “impacto profundo frequentemente não tomamos consciência adequada” (Reis, 2010, p.65).

Ainda, uma organização partidária forte é a única alternativa ao fim da instabilidade característica do pretorianismo. Para Huntington, um partido com apoio de massa é mais forte que um partido de base restrita. Sua força refletiria a extensão de seu apoio, de modo que – em países em modernização – sistemas bipartidários seriam preferíveis, pois a bipolaridade a ser estabelecida não seria ainda ideológica, ou seja, não seria fundada em uma diferença clara entre direita e esquerda, mas social, dividindo os que estão “dentro” daqueles que estão “fora” do sistema tradicional, sendo esses últimos – a maioria – justamente os que se politizam.

O fato de o Brasil ser um país em processo de modernização, no qual não apenas subsiste uma grande desigualdade social (com seus efeitos psicológicos e intelectuais), como no qual o comportamento eleitoral da porção majoritária dos cidadãos não reflete um modelo ideológico estruturado, baseado em classes (mas antes um modelo rudimentar de identificação partidária, estável a partir de identificações partidárias pouco informadas), explica – a partir do quadro teórico exposto – a aposta de Fábio Wanderley Reis, no início dos anos 1990, no sucesso do PMDB, bem como a paralela desconfiança quanto às possibilidades de institucionalização de um partido de trabalhadores, portanto, de base classista. Não apenas o PT não encontraria lastro na realidade eleitoral brasileira e no padrão de comportamento eleitoral do brasileiro, como sua possível atuação (considerando-se, a essa altura, o petismo combativo característico das origens do partido) poderia comprometer as próprias perspectivas de democratização brasileira, acionando – potencialmente – mecanismos pretorianos de contenção, mesmo militares (Reis, 1997; Reis, 1988). Conforme Reis:

A tarefa de construção institucional democrática teria de orientar-se por uma perspectiva *gradualista*, marcada pela preocupação de agir sobre aqueles aspectos do contexto geral que parecem passíveis de manipulação efetiva no plano de nosso “institucional como objeto” sem precipitar reações autoritárias de forças conservadoras e com prospectos razoáveis de pouco a pouco ajudar a mudar o contexto presente em direção favorável à democracia (Reis, 2009d pp.122-123 [*grifo da autora*]).

O êxito eleitoral do PTB de Getúlio Vargas no período pré-1964 se deveu à crescente identificação deste partido com o partido “do povo”, em detrimento do PSD e da UDN, identificados como partidos elitistas. Igual processo se deu com o MDB a partir das eleições de 1974, nas quais houve um *realinhamento* das identidades dos mais pobres nas grandes cidades brasileiras em benefício do partido opositor, tendo o bipartidarismo – enquanto consequência não-intencional da estratégia de contenção dos militares – se ajustado bem aos simplismos da visão política das parcelas majoritárias do eleitorado, favorecendo-o no pleito (Reis, 2010).

De tal forma, debatendo o processo político em um país no qual o eleitorado não vota em termos ideológicos, segundo sua própria hipótese, Reis se contrapõe aos críticos dos partidos brasileiros, aqueles que os veem como “amorfos”, “pouco autênticos” e “fisiológicos”,

demandando destes fidelidade ideológica e propostas bem estabelecidas entre um eixo claro direita-esquerda. Para Reis, um sistema político de modelo “ideológico” não encontraria correspondência ou factibilidade na realidade política brasileira. Defende, de tal forma, a necessidade de um partido de caráter e de identificação popular no Brasil, porém um partido de tipo *catch-all*, moderado – a fim de evitar surtos pretorianos –, de mensagem pragmática e diversificada – a fim de atrair o maior número de apoiadores –, e o qual incluísse sindicatos e grupos de interesse – como um meio de complexificar sua organização, provendo-lhe potência (Reis, 1988). Aqui encontra-se a segunda tese exposta na introdução deste artigo: a necessidade de um partido institucionalizado, orientado ao eleitorado popular, como forma de estabelecer em caráter estável a democracia no Brasil.

A partir das eleições de 2006 adicionaram-se dois novos fatos à realidade política brasileira, os quais foram incorporados nas análises de Fábio Wanderley Reis. Em primeiro lugar, Lula chegou ao final de seu segundo mandato em um quadro de normalidade político-institucional, e ainda elegeu, por duas vezes, sua sucessora, fato que – para Reis (2010) – demonstraria ter havido certo fortalecimento institucional da democracia brasileira. Houve, em segundo lugar, um aumento de nitidez no confronto eleitoral no Brasil a partir de uma correlação mais clara entre o voto e a posição social dos eleitores e sua localização regional. Tal quadro indicaria não só uma nova centralidade que adquiriu a “questão social” no processo eleitoral do país (incluindo-se a adesão dos adversários aos programas sociais adotados pelo governo petista na disputa presidencial), como um potencial de criação de identidades partidárias estáveis entre PT e PSDB, as quais redundariam, com o tempo, em um sistema partidário virtualmente bipartido e consolidado. Igualmente, a redução da desigualdade que se verificava implicaria paulatinamente na percepção subjetiva de sua injustiça e, potencialmente, em um novíssimo ânimo reivindicatório (Reis 2014; Reis, 2013; Reis, 2010).

Esse quadro positivo é matizado, porém, por alguns fatores. Em primeiro lugar, não foi o *petismo*, enraizado no sindicalismo e em movimentos sociais contestatórios, associado a um forte compromisso com os trabalhadores e com princípios éticos, que prosperou no Brasil desde 2006, mas o *lulismo* ou o *lulo-petismo*: um sistema de identificação política com uma liderança específica, de caráter, portanto, não-ideológico, pois baseado tão somente na figura de Lula. Esse sistema reproduziria, segundo a visão de Reis, os velhos moldes de lideranças personalistas e populistas brasileiras, embora sob um novo sujeito efetivamente popular. Ainda que concordem acerca do realinhamento ocorrido em 2006 e acerca da dinâmica das movimentações entre estratos e classes sociais verificada neste pleito, novamente a interpretação de Fábio Wanderley Reis se choca com a visão de André Singer. Para Singer, o *lulismo* representaria sim um novo arranjo ideológico, baseado efetivamente em uma fração de classe, no caso, o subproletariado (o eleitor de baixíssima renda, o qual, em outros momentos, autolocalizava-se de modo intuitivo à direita do espectro político). Esse arranjo ideológico singular e contraditório, no entanto, combinaria aspectos identificados com a “esquerda” – a ação do Estado na redução das desigualdades – com outros aspectos identificados com a “direita” – a manutenção da ordem (Singer, 2012; Singer, 2009).

A superação do radicalismo inicial e o impacto do Mensalão diminuíram o apoio de que o PT gozava entre os estratos médios ideologizados, ao mesmo tempo em que aumentaram a identificação com Lula por parte estratos socioeconômicos mais baixos. Sobre estes, no entanto, Reis (2014, 2013) argumenta que a redução verificada na desigualdade brasileira (apoiando-se em algumas pesquisas de opinião) não foi suficiente a ponto de permitir que as condições de desinteresse e de desinformação quanto aos temas sociopolíticos tradicionalmente verificadas fossem, enfim, superadas pelas camadas mais baixas de renda, condições essas sociais e também psicológicas, que contribuiriam cognitivamente para a não afirmação de posturas reivindicantes. Ou seja, houve um realinhamento do eleitorado popular, mas não a superação de sua “Síndrome de Flamengo”.

O quadro cognitivo, alinhado à persistente desigualdade socioeconômica, mesmo que reduzida, e à continuada atuação de mecanismos personalistas e populistas, não permitiria a plena operação da democracia brasileira, segundo interpretação de Fábio Wanderley Reis. Ademais, um fenômeno familiar à história política brasileira despontava à medida que avançava a beligerância eleitoral produzida por vitórias eleitorais sucessivas do PT: apelos golpistas e, posteriormente ao *impeachment* de Dilma Rousseff (2016), um clima amplamente antipolítico no país. Segundo o autor, o problema deste clima avesso à política para as forças progressistas “é que não podemos prescindir dos políticos e dos partidos. Não existem alternativas reais a menos que abduquemos de fazer democracia” (Reis, 2017). Assim, a dinâmica do regime brasileiro, de caráter democrático ainda não plenamente estabilizado, ainda não plenamente efetivo, alertaria em direção a novos sinais de possível retrocesso, de possível “decadência”.

5. Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo analisar a obra de um dos fundadores da Ciência Política brasileira, que contribuiu – dado seu caráter de precursor e dada a riqueza de suas ideias – para a afirmação da disciplina no país e para a conformação de uma agenda de pesquisa propriamente demarcada. Logicamente, não se pretendeu esgotar o rol de seus debates, mas avaliar como, ao longo de seus textos, o autor se posicionou acerca da temática da consolidação da democracia no Brasil, sob o viés das eleições e dos partidos políticos, traçando uma linha de continuidade interpretativa possível.

Identificou-se, primeiramente, a conformidade das análises de Fábio Wanderley Reis com as ideias de Samuel Huntington, eximidas, contudo, de quaisquer elementos prescritivos de caráter conservador. Na sequência, indicamos três teses essenciais contidas nos textos de Fábio Wanderley Reis que se retroalimentam, cada uma em nível diferente de análise. A primeira, estabelecida no início de seu percurso intelectual, encontra-se a nível de indivíduo, referindo-se a um comportamento eleitoral de caráter não-ideológico entre os estratos mais baixos da população brasileira, no caso: o eleitorado majoritário. A segunda, a nível de partidos políticos, a necessidade de um partido popular para a consolidação democrática no país. A terceira, a nível propriamente de regime político, a ameaça sempre presente de decadência política em direção

ao populismo em um país que não ultrapassou certo nível de desigualdade social que permitisse a superação dos mecanismos cognitivos que resultam na primeira tese.

O que se argumenta é que a visão de Reis, sempre apontada na direção de uma democracia não plenamente institucionalizada – devido ou à persistência de determinados aspectos cognitivos no comportamento eleitoral majoritário ou ao potencial situacional de retorno ao pretorianismo –, é conveniente quando não se estabelecem claramente quais são as possibilidades de superação deste quadro, o que é – efetivamente – o pretorianismo e qual é o nível de desigualdade compatível com a formação de uma consciência de classe. Isso implica que a análise do autor possui um caráter essencialista e quase circular da realidade brasileira, não sendo bem-sucedida em circunscrever qual é o *problema prático* a ser enfrentado, indicando – por conseguinte – alternativas difusas. Dessa forma, qualquer avanço social permanece em suspenso, a ser verificado em suas conseqüências duradouras, ao mesmo tempo em que qualquer reviravolta política aponta para a não institucionalização plena da democracia no país.

Assim, em termos mais diretamente prescritivos, o limitado espaço de manobra que o pensamento de Fábio Wanderley Reis reserva para a esquerda brasileira permite justificar quaisquer ações suas em termos de um pragmatismo necessário. Levando seus argumentos ao limite, é possível interpretar-se a ação política da esquerda no poder sempre utilizando como subterfúgio o imperativo pragmático, dada a impossibilidade de efetivo enfrentamento aos interesses dos setores sociais comprometidos com a manutenção do *status quo*. Esse tipo de análise, que poderia derivar de uma leitura de Reis, se provaria – contudo – profundamente despolitizante e, em determinado grau, cínica. Afinal de contas, se a superação de nosso problema constitucional exige mudanças nas políticas públicas ao mesmo tempo em que a ação ideológica de caráter progressista é barrada pelo conservadorismo de elites tradicionais, haveria algum sentido para a ação da esquerda no Brasil, tão restrita em seu potencial de ação programática? Provavelmente há, e essa determinação adicionaria dinamismo e radicalidade às suas ideias.

A insistência de Fábio Wanderley Reis na fragilidade de nosso arranjo democrático, porém, a partir de um distanciamento temporal que nos é possibilitado enquanto leitores, aparentou ser mais frutífera que análises otimistas quanto às perspectivas de consolidação democrática plena no Brasil. Na América Latina, os anos 1990 viram surgir uma ampla literatura que debatia as possibilidades de consolidação da democracia, cujas conclusões eram consonantes com o otimismo em relação ao futuro da região, após findados os regimes militares. O que as duas décadas posteriores apresentaram, no entanto, foi o contínuo colapso de governos eleitos, não mais pela via militar, pelo pretorianismo de tipo clássico, mas através do manejo de instrumentos constitucionais: da Guatemala à Argentina (Pérez-Liñán, 2007).

Nesse sentido, as eleições de 2018, dando vitória a Jair Bolsonaro, adicionam alguns elementos que poderíamos avaliar a partir da perspectiva de Fábio Wanderley Reis. A tendência a uma identificação partidária estável do eleitorado popular brasileiro com o PT – a qual se verificou a partir de 2006 –, sendo condição necessária à consolidação do sistema partidário brasileiro e, na perspectiva de Reis, do próprio regime democrático, em parte cambaleou. O que se manteve foi uma correlação entre o voto petista e os dois estratos socioeconômicos mais baixos da distribuição de renda a nível nacional, além do voto petista em alguns estados

brasileiros. Ressalte-se que esta correlação se verificou pontualmente: no momento eleitoral. Para além deste, a possibilidade de um novo realinhamento no entorno de um presidente de direita, sem um partido identificador, embora engajado na manutenção de algumas das políticas sociais mais visíveis da era petista e no empreendimento de algumas novas iniciativas voltadas aos mais pobres, tem sido aventada por uma série de analistas políticos. Caso a gestão Bolsonaro seja bem-sucedida em apresentar-se enquanto “popular”, nos termos de Fábio Wanderley Reis, pode haver uma nova identificação eleitoral duradoura entre os estratos populares, embora desta vez no entorno de uma antítese da esquerda.

Confirmando-se o cenário, o pretorianismo huntigntoniano, uma hipótese dos anos 1960, se provaria uma vez mais um mecanismo convincente, tanto para um tipo de relação de caráter não classista, não-ideológico, entre representantes e representados, quanto – em termos mais amplos – para a compreensão das reviravoltas que marcaram a conjuntura brasileira na última década. Se Fábio Wanderley Reis apostou na parcimônia, pode ter sido esta a via interpretativa mais acertada.

Referências bibliográficas

- Almond, Gabriel A.. 1965. A Development Approach to Political Systems. *World Politics*, 2(17): 183-214.
- Almond, Gabriel A. e Powell Jr, Bingham. 1980. *Uma Teoria de Política Comparada*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Forjaz, Maria Cecília Spina. 1997. A Emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(12): 100-122.
- Huntington, Samuel P. 1975[1968]. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. Rio de Janeiro: Forense.
- Lipset, Seymour. 1969. Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy. *The American Political Science Review*, 53(1): 69-105.
- Marengo, André. 2016. Cinco décadas de Ciência Política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In L. Avritzer, C. R. S. Milani e M. Braga (org.), *A Ciência Política no Brasil 1960 a 201*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Peres, Paulo Sérgio. 2008. Comportamento ou instituições?: A evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 68(23): 53-192.
- Pérez-Liñan, Aníbal. 2007. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, Adam. 1984. Ama a incerteza e serás democrático. *Novos Estudos*, 9(1): 36-46.
- _____. 1991. *Democracy and the Market*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 2003. Minimalist conception of democracy: a defense. In R. Dahl, I. Shapiro e J. A. Cheibub (org.) *The Democracy Sourcebook*. Cambridge: The MIT Press, p. 12-17.

Pye, Lucian W.. 1965. The Concept of Political Development. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 358(1): 1-13.

Reis, Fábio Wanderley. 1978. Classe social e opção partidária: as eleições de 1976 em Juiz de Fora. In F. W. Reis, B. Lamounier, O. B de Lima, H. Trindade e J. De Cew (org.). *Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, p. 213-288.

_____. 1988. Partidos, Ideologia e Consolidação Democrática. In F. W. Reis e G. O'Donnell. *Democracia no Brasil: Dilemas e perspectivas*. São Paulo: Editora Vértice.

_____. 1997. Democracia, Transições e Crises. *Lócus*, 3(2): 45-66.

_____. 2000. Atualidade mundial e desafios brasileiros. *Estudo Avançados*, 14(39): 14-20.

_____. 2000. A razão do eleitor. *Folha de S. Paulo*.

_____. 2009a. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. In F. W. Reis. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 279-305.

_____. 2009b. Desigualdade, identidade e cidadania. *Sociedade e Cultura*, 12(1): 118-126.

_____. 2009c. Economia, instituições democráticas e evolução: um balanço pessoal de abordagens recentes. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 1(1): 18-46.

_____. 2009d. Racionalidade, "sociologia" e a consolidação da democracia. In F. W. Reis. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 84-127.

_____. 2009e. Para pensar transições: democracia, mercado, estado. In F. W. Reis. *Mercado e Utopia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 173-206.

_____. 2010. Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros. *Novos Estudos*, 87(1): 61-75.

_____. 2013. O outono quente e as estações que seguem. *Interesse Nacional*, 23(6): 1-10.

_____. 2014. As eleições de 2014: "país dividido" e questão social. *Em Debate*, 6(6): 8-16.

_____. 2017. Partidos e políticos são imprescindíveis, diz Wanderley Reis. *Folha de S. Paulo*.

Reis, Fábio Wanderley e Castro, Mônica Mata Machado de. 2001. Democracia, civismo e cinismo: Um estudo empírico sobre normas e racionalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45): 25-46.

Singer, André. 2000a. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: Edusp.

- _____. 2000b. Quem tem medo da esquerda e da direita? *O Estado de S. Paulo*.
- _____. 2009. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, 85(1): 83-102.
- _____. 2012. *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- Soares, Gláucio Ary Dillon. 2000. Em busca da racionalidade: alguns determinantes do voto do Distrito Federal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15(43): 5-23.